

ASSOCIAÇÃO NITEROIENSE DOS DEFICIENTES FÍSICOS – ANDEF
CNPJ: 27.763.754/0001-50

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em reais)

ATIVO	2025	NE	2024
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Bancos	27.727		523.654
Aplicações Financeiras	1.203.633		2.305.513
Numerários em Trânsito	27.537		27.577
	1.258.897	5	2.856.744
Recebíveis de Clientes e outros recebíveis			
Contas a Receber	6.396.701		7.179.758
(-) Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa	(183.478)		(183.478)
	6.213.223	6	6.996.280
Outros Valores e Bens			
Adiantamentos a Funcionários	120.549		121.471
Adiantamentos a Fornecedores	16.005		-
Tributos e Contribuições a Compensar	23.644		24.679
	160.198	7	146.150
Despesas Exercício Seguinte			
Seguros Contratados	13.632	16	13.194
	7.645.950		10.012.368
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Aplicações Financeiras	520.704		-
Contingências Ativas	1.107.437		-
Precatórios Estaduais	2.485.719		-
Depósitos Judiciais	230.657		206.701
Tributos e Contribuições à Restituir	6.910.888		6.582.686
Garantia Caucionária	6.906		9.850
	11.262.311	8.1	6.799.237
INVESTIMENTOS	1.591	8.2.1	1.591
IMOBILIZADO	10.095.104	8.2.2	9.901.325
(-) Depreciação	(7.715.961)	8.2.2	(7.265.248)
INTANGÍVEL	54.132	8.2.3	54.132
(-) Amortização	(51.508)	8.2.3	(51.203)
	2.383.358	8.2	2.640.597
Total do Ativo	21.291.619		19.452.202

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ASSOCIAÇÃO NITEROIENSE DOS DEFICIENTES FÍSICOS – ANDEF
CNPJ: 27.763.754/0001-50**BALANÇO PATRIMONIAL**
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em reais)

PASSIVO	2025	NE	2024
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	139.206	9	217.418
Salários e Ordenados a Pagar	787.097	9.1	796.516
Obrigações Trabalhistas	333.021	9.1	232.572
Provisão de Férias	1.404.889	9.1	1.135.709
Provisões para Contingências	80.000	10	328.690
Obrigações Tributárias	12.560		13.372
Outras Obrigações	121.494		182.814
	2.878.267		2.907.091
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Parcelamento Previdenciário	58.077	9.1	82.967
Valores a Restituir - Precatório	188.829	9.2	-
	246.906		82.967
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social	16.462.144	11	17.109.499
Superavit (Déficit) do Período	1.704.302	15	(647.355)
	18.166.446	11	16.462.144
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	21.291.619		19.452.202

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ASSOCIAÇÃO NITEROIENSE DOS DEFICIENTES FÍSICOS – ANDEF
CNPJ: 27.763.754/0001-50**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em reais)

	<u>2025</u>	<u>NE</u>	<u>2024</u>
RECEITA OPERACIONAL			
Receitas Extraordinárias	134.136	12.1	1.196.237
Receitas Convênios e Contratos	24.315.936	12.2	20.978.714
Outras Receitas	1.513.749	12.3	1.101.180
	25.963.821	12	23.276.131
Reversão de Provisão	238.918	13	-
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas Administrativas	(3.823.227)		(4.367.611)
Despesas com pessoal	(18.784.940)		(16.583.103)
Provisão de Férias e 13º Salário	(2.692.518)		(2.421.235)
Despesas c/Veículos	(81.504)		(78.964)
Despesas/Receita Financeiras	1.487.983	14	240.795
Depreciação /Amortização	(451.017)	8.2	(390.705)
Isenção Usufruída	-	24.2	(5.744.256)
Despesas Tributárias	(6.325)		(7.797)
Perdas de Capital	-		(314.866)
Despesas Sustentáveis	(146.889)		
	(24.498.437)		(29.667.742)
SUPERÁVIT/DÉFICIT OPERACIONAL	1.704,302		(6.391.611)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS LÍQUIDAS			
Benefícios Fiscais Obtidos c/Isenções Usufruídas	-	24.1	5.744.256
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	1.704.302	15	(647.355)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ASSOCIAÇÃO NITEROIENSE DOS DEFICIENTES FÍSICOS – ANDEF
CNPJ: 27.763.754/0001-50**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**(Em reais)**

<u>(Em reais)</u>	Patrimônio Social	Superávit/ Déficit do Exercício	Total
Saldos em 31/12/2023	15.205.876	1.903.623	17.109.499
Incorporação do Superávit exercício anterior	1.903.623	-	-
Déficit do Exercício		(647.355)	(647.355)
Saldos em 31/12/2024	17.109.499	(647.355)	16.462.144
Incorporação do Déficit exercício anterior	(647.355)	-	-
Superávit do Exercício		1.704.302	1.704.302
Saldos em 31/12/2025	16.462.144	1.704.302	18.166.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ASSOCIAÇÃO NITEROIENSE DOS DEFICIENTES FÍSICOS – ANDEF
CNPJ: 27.763.754/0001-50**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – Método Indireto**
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**(Em reais)**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Atividades operacionais		
Superávit (Déficit) do Exercício	1.704.302	(647.355)
Despesas que não afetam o caixa e equivalentes:		
Depreciações e Amortizações	451.017	390.705
	2.155.319	(256.650)
Variações nos Ativos e Passivos		
(Redução) Aumento líquido das Contas a Receber	783.057	(206.567)
Aumento (Redução) líquido de Outros Valores e Bens	(339.743)	967.457
Aumento (Redução) líquido nos Depósitos Judiciais	(23.956)	70.052
(Redução) Aumento líquido dos Fornecedores	(78.212)	50.397
Aumento líquido dos Salários a Pagar	91.030	249.765
Aumento líquido das Provisões e Contingências	20.490	298.251
(Redução) Aumento líquido das Contas Outras Obrigações	126.698	(488.270)
	579.364	941.085
Caixa líquido consumido gerado nas atividades operacionais	2.734.683	684.435
Atividades de Financiamentos:		
(Redução) Parcelamento Previdenciário	(24.890)	-
Caixa líquido gerado consumido nas atividades Financiamentos	-	-
Atividades de Investimentos:		
Aquisição do Imobilizado	(193.780)	(904.125)
Aplicações financeiras longo prazo	(520.704)	-
Contingências Ativas	(1.107.437)	-
Precatórios	(2.485.719)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(4.307,64)	(904.125)
Redução do caixa e equivalentes	(1.597.847)	(219.690)
Varição na posição financeira:		
Saldo de Caixa e equivalentes no início do Exercício	2.856.744	3.076.434
Saldo de Caixa e equivalentes no final do Exercício	1.258.897	2.856.744
(Redução) do Caixa e equivalentes	(1.597.847)	(219.690)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ASSOCIAÇÃO NITEROIENSE DOS DEFICIENTES FÍSICOS – ANDEF
CNPJ: 27.763.754/0001-50**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024**

(Em Reais)

	<u>2025</u>	<u>%</u>	<u>2024</u>	<u>%</u>
1 – RECEITA	25.963.821		23.276.131	
1.1. Receitas Extraordinárias	134.136		1.196.237	
1.2. Receitas Convênios e Contratos	24.315.936		20.978.714	
1.3. Outras Receitas	1.513.749		1.101.180	
1.3.1. Reversão de Provisão	238.918		-	
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	4.051.620		4.761,441	
2.1. Outros Custos de Serviços Vendidos	81.504		78.964	
2.2. Energia, serviço de terceiros e outras despesas operacionais	3.823.227		4.367.611	
2.3. Despesas Sustentáveis	146.889			
2.4. Perda na Realização de Ativos	-		314.866	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	22.151.119		18.514.690	
4 – RETENÇÕES	451.017		390.705	
4.1. (-) Depreciação e amortização	451.017		390.705	
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 - 4)	21.700.102		18.123.985	
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERENCIA	1.607.450		6.129.027	
6.1. Receitas Financeiras	1.607.450		384.771	
6.2. Outras	-		5.744.256	
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	23.307.552		24.253.012	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (7 = 8)	23.307.552	100%	24.253.012	100%
8.1. Remuneração do Trabalho (pessoal e encargos)	21.477.458	92,15	22.066.528	90,98
8.2. Remuneração do Governo (impostos taxas e contribuições)	6.325	0,03	2.689.863	11,09
8.3. Remuneração do Capital de Terceiros (juros)	119.467	0,51	143.976	0,59
8.5. Remuneração retida (Superavit/ Déficit do Exercício)	1.704.302	7,31	(647.355)	-2,66

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ASSOCIAÇÃO NITEROIENSE DOS DEFICIENTES FÍSICOS – ANDEF
CNPJ: 27.763.754/0001-50
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM

31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos – ANDEF é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, com sede e foro na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, constituída aos trinta e um dias do mês de agosto de 1981, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante na área de defesa de interesses das pessoas com deficiência física, através de medidas que visem obter melhoria em suas condições de existência mediante atuação junto à comunidade e aos poderes públicos para ampliação da assistência, amparo, capacitação profissional e aproveitamento da mão-de-obra do deficiente, objetivando promover sua plena integração na sociedade, conforme previsto no artigo 2º do Estatuto Social. Possui Título de Utilidade Pública Federal, conforme Processo MJ n.º 3.627/91-35; Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei Estadual 1996/82; Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Decreto n.º 4.043/83; Registros nos Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, Certificação das Entidades Benéficas de Assistência Social - CEBAS, concedido pelo Ministério da Cidadania, para o período de 01/01/2024 a 31/12/2026 conforme Portaria n.º 120, de 16/12/2025 – DO-U, de 29/12/2025, tem como finalidade estatutária, conforme artigo 2º do Estatuto Social: Divulgar o trabalho das pessoas com deficiência; Promover a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, podendo para tanto desenvolver programas, projetos e serviços, voltados para elevação da escolaridade, profissionalização, recrutamento, seleção, inserção, acompanhamento, manutenção e recolocação desta mão-de-obra; Promover diretamente ou através de convênios com terceiros o ensino profissionalizante as pessoas com deficiência; Encaminhar aos poderes constituídos sugestões e anteprojetos de lei sobre matérias de interesse das pessoas com deficiência física; Fiscalizar o cumprimento das leis que beneficiem as pessoas com deficiência física; Zelar pela conservação de uma imagem que se ajuste as reais possibilidades de realização das pessoas com deficiência física, corrigindo e evitando dentro de suas possibilidades distorções porventura existentes; Alertar as autoridades competentes contra o uso indevido e com objetivo de alcançar vantagens pessoais, das medidas destinadas a beneficiar as pessoas com deficiência física; Promover a prática do esporte pelas pessoas com deficiência objetivando a sua integração plena no âmbito social; Incentivar as pessoas com deficiência física à prática de atividades culturais e artísticas que possam auxiliá-los em sua reabilitação e reintegração as atividades sociais; Conveniar e/ou contratar com órgãos públicos e empresas privadas a fim de estimular o aproveitamento da mão-de-obra das pessoas com deficiência; Instalar núcleos de produção, importação e comercialização de tecnologias assistivas que melhorem as condições de existência das pessoas com deficiência física; Prestar dentro de suas possibilidades atendimento de reabilitação integrada as pessoas com deficiência física; Promover cursos, palestras, seminários e outros visando transferir conhecimento sobre temas relacionados com as pessoas com deficiência física; Incentivar o desenvolvimento de organizações regionais, estaduais e nacionais do paradesporto inclusive financeiramente se necessário com vistas a contribuir para a promoção e integração da pessoa com deficiência no nosso país; Desenvolver atividades conjuntamente entre as pessoas com e sem deficiência como forma de garantir a plena inclusão das pessoas; Prover a assistência social aos seus associados de forma gratuita e, acrescido pelo parágrafo único do mesmo artigo, conforme ata de AGE, de 10 de junho de 2022, as atividades de: promover capacitação, formação e treinamento de pessoas com deficiência para a prática desportiva, com o objetivo de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e desenvolver o treinamento esportivo de crianças, jovens e adultos com deficiência, com objetivo educacional, participativo e/ou de rendimento.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, observando as

disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Na elaboração das demonstrações contábeis, foram consideradas as diretrizes da NBC TG – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, que trata dos conceitos fundamentais para a elaboração e apresentação das informações contábeis, incluindo as características qualitativas de relevância e representação fidedigna. Adicionalmente, foram observados os critérios e procedimentos estabelecidos na ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, que dispõe sobre o reconhecimento, mensuração e evidenciação das transações e variações patrimoniais, bem como sobre a estrutura das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no regime de competência, exceto quando indicado de outra forma, e consideram o custo histórico como base de mensuração, salvo quando outro critério for aplicável conforme previsto nas normas vigentes.

A apresentação das demonstrações contábeis observa, ainda, as disposições legais aplicáveis às entidades beneficentes de assistência social, incluindo as exigências relacionadas à certificação no âmbito do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), assegurando adequada evidenciação da aplicação dos recursos nas finalidades institucionais.

A Administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, assegurando que as informações apresentadas representam de forma fidedigna a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade no período.

NOTA 3. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

A entidade mantém sistema de escrituração contábil uniforme de seus atos e fatos administrativos, processado por meio eletrônico, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Os registros contábeis são realizados com base em documentação hábil e idônea, contendo identificação dos lançamentos vinculados aos respectivos documentos de origem interna ou externa, ou, na ausência destes, por meio de elementos que comprovem ou evidenciem a ocorrência dos fatos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as respectivas notas explicativas, são elaboradas em conformidade com as disposições legais, estatutárias e normativas vigentes, sendo devidamente registradas no Livro Diário da entidade e transmitidas em meio digital ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), quando aplicável.

A documentação contábil da entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e demais instrumentos que dão suporte à escrituração contábil, assegurando a rastreabilidade e a comprovação das operações realizadas.

A entidade mantém sua documentação contábil organizada, completa e devidamente arquivada, atendendo aos requisitos de fidedignidade, integridade e tempestividade, conforme exigido pelas normas contábeis e pela legislação vigente, sendo revestida das características intrínsecas e extrínsecas essenciais previstas na técnica contábil e aceitas pelos usos e costumes profissionais.

NOTA 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis da Associação podem ser resumidas como segue:

- i. **Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor;
- ii. **Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras são demonstradas pelo valor original aplicado, acrescido dos rendimentos apropriados pro rata temporis até a data do balanço.
- iii. **Ativo circulante: Contas a receber de clientes** - As contas a receber são registradas pelo valor de realização, correspondente ao valor faturado ou contratual, ajustadas, quando aplicável, por perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa.

- iv. **Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação ou amortização calculadas pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 8.2. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.
- v. **Ajustes a Valor Presente:** Os Ativos e Passivos de longo ou de curto prazo que sofreram efeitos relevantes está ajustados a valor presente, tomando-se por base a data de origem da transação;
- vi. **Depreciações:** Foram calculadas pelo método linear às taxas admitidas pela legislação em vigor.
- vii. **Amortizações:** Foram calculadas pelo método linear às taxas admitidas pela legislação em vigor;
- viii. **Passivo Circulante e Não Circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – **Provisões** – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.
- ix. **Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.
- x. **Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.
- xi. **As Despesas e as Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.
- xii. **Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.
- xiii. **Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulante.
- xiv. **Os investimentos:** estão demonstrados ao custo de aquisição
- xv. A Entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.
A Administração para efetuar esse teste avaliou se existe alguma necessidade de desvalorização dos ativos utilizados com indicações a análise das principais fontes externas e internas que possam interferir na recuperabilidade dos ativos operacionais da Entidade.
Concluíram que o valor líquido contábil está maior que o valor justo estimado, e por este motivo não é necessário lançamento contábil para redução dos valores contabilizados, e assim não foi necessário constituir provisões para recuperação de ativos imobilizado e intangível do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.
- xvi. **Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem o valor residual do Ativo imobilizado, Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.
- xvii. A **continuidade** das operações da entidade foi avaliada por sua administração, levando-se em consideração toda a informação disponível sobre o futuro, considerando um período mínimo de doze meses a partir da data de divulgação das demonstrações contábeis.

NOTA 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

É composta dos seguintes saldos:

Item 5.1. Caixa e Bancos c/movimento	2025	2024
Caixa	5.000	5.179
Bancos c/movimento	22.727	518.475
Total	27.727	523.654
Item 5.1.1. Aplicações a Curto Prazo	2025	2024
Banco do Brasil S/A – Renda Fixa	664.640	907.034
Banco Santander S/A – Contamax	237	311.347
Banco do Brasil S/A – CDB	-	135.088
Banco do Brasil S/A – 30331-3	1	1
Banco do Brasil S/A – 30332-1	1	1
Banco Itaú S/A – AUT MAIS	519.165	941.942
Banco do Brasil S/A – Poupança	19.589	10.100
Total	1.203.633	2.305.513
Item 5.1.2 Numerário em Trânsito	2025	2024
Adiantamento para Despesas	33	73
Valores a receber	27.504	27.504
Total	27.537	27.577

Os valores contábeis dos ativos financeiros estão compatíveis com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação.

NOTA 6. CONTAS A RECEBER

Representado por créditos decorrentes do programa de geração de empregos para profissionais com deficiência, mediante prestação de serviços para empresas públicas e privadas, cujos saldos em 2025 é de R\$ 6.396.701 (seis milhões, trezentos e noventa e seis mil e setecentos e um reais) e em 2024 R\$ 7.179.758 (sete milhões, cento e setenta e nove mil e setecentos e cinquenta e oito reais)

NOTA 7. OUTROS VALORES E BENS

Referem-se a valores antecipados a funcionários, terceiros, fornecedores e tributos e contribuições a compensar referente a INSS retido correspondente ao percentual de 11% (onze por cento), deduzidos pelos contratantes quando do pagamento das notas fiscais de execução do Programa de Profissionalização e Geração de Emprego e Renda. A Administração da Entidade questionou o ressarcimento desses valores e obteve o deferimento conforme Ofícios nº. 314/2011-CGCEB/DRS/SNAS/MDS e 201/2012-DRSP/SNAS/MDS. Do montante retido, foi contabilizado no Ativo Circulante o valor de R\$ 12.542 (doze mil e quinhentos e quarenta e dois reais) que está sendo objeto de compensação e no Ativo Não Circulante o valor de R\$ 6.910.888 (seis milhões, novecentos e dez mil e oitocentos e oitenta e oito reais) objeto de pedido de restituição. (Vide nota 8.1).

Contas	2025	2024
Adiantamentos a funcionários	120.549	121.471
Adiantamento a fornecedores	16.005	-
Tributos e contribuições a compensar	23.644	24.679
Total	160.198	146.150

NOTA 8. ATIVOS NÃO-CIRCULANTE**Item 8.1 – Realizável a Longo Prazo**

Sua composição em 2025 e 2024 é a seguinte:

Contas	2025	2024
Aplicações Financeiras – Banco Brasil (a)	520.704	-
Contingências ativas (b)	1.107.437	-
Precatório Estaduais (c)	2.485.719	-
Depósitos Judiciais (d)	230.657	206.701
Tributos e Contribuições a Restituir – INSS (e)	6.910.888	6.582.686
Garantia Cauionada	6.906	9.850
Total	11.262.311	6.799.237

(a) Aplicação Financeira – Banco Itaú – Agência 8563 conta corrente nº 01565-3

Produto	Data Aplicação	Data Vencimento	Valor Aplicado	Remuneração	Saldo
CDB-DI	18/06/2025	17/06/2030	99.741,00	96,00% DI	107.238,74
CDB-DI	30/06/2025	01/07/2030	100.000,00	96,00% DI	107.120,61
CDB-DI	31/07/2025	30/07/2030	150.000,00	96,00% DI	158.737,33
CDB-DI	11/08/2025	12/08/2030	140.000,00	96,00% DI	147.607,12
			489.741,00		520.703,80

(b) Contingências ativas - referem-se a débitos de 2016 notas não pagas Estado do Rio de Janeiro, conforme processos na 9ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de Niterói RJ, sendo:

Processo nº	Fatos	Valor Atual
0057377-83.2021.8.19.0002	IEEA	39.983
0057377-83.2021.8.19.0002	FUNARJ	17.780
0057377-83.2021.8.19.0002	FIPERJ	541.465
0057375-16.2021.8.19.0002	CENTRAL	508.209
		1.107.437

Em relação ao Processo nº 0057377-83.2021.8.19.0002, referente aos serviços prestados no exercício de 2016 às entidades IEAA – Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura do Estado do Rio de Janeiro, FUNARJ – Fundação de Artes do Estado do Rio de Janeiro, FIPERJ – Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro e SEDRAP – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca do RJ, por erro material o referido processo não contemplou a totalidade das notas fiscais emitidas para a FIPERJ, bem como as emitidas para a SEDRAP. Desta forma o Departamento Jurídico da entidade está avaliando peticionar ajustes no processo.

(c) Precatórios estaduais referentes a ofícios requisitórios de pagamento de verba de natureza não alimentícia, relativos a débitos de exercícios anteriores.

1. Débitos do ano de 2016, correspondentes a notas não pagas vinculadas ao Processo nº 0057376-98.2021.8.19.0002, da SETRAB – Secretaria de Estado de Trabalho e Renda do Rio de Janeiro, no valor atualizado de R\$ 507.232,12 (quinhentos e sete mil, duzentos e trinta e dois reais e doze centavos), conforme Ofício Requisitório de Pagamento de Verba Não Alimentícia nº 2025.25177/OFREQ.
2. Débitos referentes ao período de 26/01/2017 a 10/01/2019, relativos a notas não pagas vinculadas ao Processo nº 0056617-82.2021.8.19.0002, da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 1.978.487,25 (um milhão, novecentos e setenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e vinte e cinco centavos), conforme Ofício Requisitório de Pagamento de Verba Não Alimentícia nº 2025.25180/OFREQ;

Processo nº	Ofício nº	Entidade Executada	Valor Atual
0057376-98.2021.8.19.0002	2025.25177/OFREQ	SETRAB – Estado Rio de Janeiro	507.232
0056617-82.2021.8.19.0002	2025.25180/OFREQ	Sec. Fazenda Est. Rio de Janeiro	1.978.487
			2.485.719

(d) Os depósitos judiciais correspondem à garantia de diversas ações trabalhistas em trâmite na Justiça do Trabalho.

(e) Os valores de tributos e contribuições a restituir referem-se ao INSS retido, correspondente ao percentual de 11% (onze por cento) deduzidos pelos contratantes quando do pagamento das notas fiscais de execução do Programa de Geração de Emprego e Renda. A Administração da Entidade questionou o ressarcimento desses valores e obteve o deferimento conforme Ofícios nº. 314/2011-CGCEB/DRS/SNAS/MDS e 201/2012-DRSP/SNAS/MDS, cujos valores a restituir corrigidos pela taxa Selic até 31/12/2025 é de R\$ 6.910.888 (seis milhões, novecentos e dez mil e oitocentos e oitenta e oito reais)

8.2. INVENTIMENTOS/ IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

As contas de ativo Imobilizado e Intangível, são contabilizadas pelo custo de aquisição ou construção, deduzidas da depreciação e amortização do período, originando o valor líquido contábil. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desses itens. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido é reconhecido no resultado como despesa.

O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado e intangível são periodicamente avaliados para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais. (Vide nota 4, itens xiv e xv)

<u>CONTAS</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>ADIÇÕES</u>	<u>BAIXAS</u>	<u>31/12/2025</u>	
8.2.1. INVESTIMENTOS					
Ações da Telebrás	1.591			1.591	
8.2.2. IMOBILIZADO					
Aparelhos p/ginástica	195.319			195.319	
Computadores e Periféricos	352.837	6.434		359.271	
Equipamento Esportivo	-	85.200		85.200	
Equipamentos de Telefonia	13.854			13.854	
Ferramentas	6.730			6.730	
Imobilizado Rio do Ouro	54.958			54.958	
Imóveis	6.771.096			6.771.096	
Instalações	611.124			611.124	
Máquinas e Equipamentos	409.318	63.537		472.855	
Máquinas e Equipamentos-Fábrica	75.720			75.720	
Móveis e Utensílios	572.678	38.608		611.286	
Móveis e Utensílios – Fábrica	9.931			9.931	
Terrenos	15.000			15.000	
Veículos	408.992			408.992	
Veículos – Doação	403.767			403.767	
(-) Dep Acum. Aparelhos p/ginástica	(15.128)	(18.593)		(33.721)	10%
(-) Dep Acum. Computadores/Periféricos	(319.911)	(9.215)		(329.126)	20%
(-) Dep Acum- Equip Esportivo	-	(2.438)		(2.438)	10%
(-) Dep Acum. Equipos Telefonia	(13.853)			(13.853)	20%
(-) Dep Acum. Ferramentas	(6.174)	(176)		(6.350)	10%
(-) Dep Acum. Imobilizado Rio do Ouro	(54.958)			(54.958)	10%
(-) Dep Acum. Imóveis	(5.270.456)	(228.002)		(5.498.457)	4%
(-) Dep Acum. Instalações	(442.906)	(40.617)		(483.523)	10%

(-) Dep Acum. Maqs e Equip's	(312.051)	(16.535)	(328.586)	10%
(-) Dep Acum. Maqs e Equip's-Fábrica	(75.720)		(75.720)	10%
(-) Dep Acum. Móveis e Utensílios	(461.751)	(12.809)	(474.560)	10%
(-) Dep Acum. Móveis e Utens-Fábrica	(9.931)		(9.931)	10%
(-) Dep Acum. Veículos	(154.417)	(60.607)	(215.024)	20%
(-) Dep Acum. Veículos - Doação	(127.990)	(61.721)	(189.711)	20%
Total do Imobilizado	2.636.076	(256.933)	2.379.143	
8.2.3. INTANGIVEL				
Concessão de Uso	3.955		3.955	
Software	50.176		50.176	
(-) Amort. Acum - Concessão de Uso	(3.955)		(3.955)	10%
(-) Amort. Acum – Software	(47.247)	(305)	(47.552)	20%
Total do Intangível	2.929		2.624	
Total	2.639.005		2.381.767	

NOTA 9. OBRIGAÇÕES DO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores, obrigações fiscais-trabalhistas, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais inerentes as atividades próprias da Entidade.

Item 9.1 – Obrigações Trabalhistas

Refere-se a obrigações com salários, encargos, parcelamento, provisões e contingências de ações trabalhistas. Em 2025 e 2024 é a seguinte sua composição:

Obrigações Trabalhistas	2025	2024
Salários e ordenados a pagar	787.097	796.516
Encargos trabalhistas	333.021	232.572
Provisão de férias e encargos	1.404.889	1.135.709
Provisão para contingências Trabalhistas	80.000	328.690
Total	2.605.007	2.493.487

Item 9.1.1 - Em 20 de maio de 2024, foi realizada a adesão ao parcelamento convencional — modalidade sem garantia — referente à dívida previdenciária identificada no Auto de Infração de Dívida Ativa da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN-RJ) sob o nº 17200800/0027564/2024. O débito, registrado sob o nº 37.006.574-3, corresponde à ausência de recolhimento do INSS relativo à parte da empresa e de terceiros no período de 12/2003 a 12/2004.

O valor atualizado da dívida é de R\$ 85.041 (oitenta e cinco mil e quarenta e um reais), parcelado em 60 (sessenta) prestações mensais. Até o exercício de 2025, foram quitadas 20 (vinte) parcelas, restando 40 (quarenta) parcelas vincendas, sendo que a última possui vencimento previsto para abril de 2029.

Parcelamento INSS - Dívida Ativa	Curto Prazo	Longo Prazo
INSS - Parcelamento dívida ativa	26.964	58.077

Item 9.2 – Valores a Restituir – Precatório

Refere-se ao Ofício Requisitório de Pagamento de Verba de Natureza Não Alimentícia nº 2025.25180/OFREQ, relativo a débitos do período de 26/01/2017 a 10/01/2019, correspondentes a notas fiscais não pagas vinculadas ao Processo nº 0056617-82.2021.8.19.0002, da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro.

O valor total do precatório é de R\$ 1.978.487,25 (um milhão, novecentos e setenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e vinte e cinco centavos). Entretanto, as notas fiscais nº 187 e nº 196, que integram a composição desse montante, no valor total de R\$ 188.829,13 (cento e oitenta e oito mil, oitocentos e vinte e

nove reais e treze centavos), já foram devidamente recebidas no mês de janeiro de 2024, razão pela qual não devem ser consideradas para fins de apuração do saldo efetivamente pendente.

Dessa forma, o saldo remanescente a receber corresponde a R\$ 1.789.658,12 (um milhão, setecentos e oitenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e doze centavos).

NOTA 10. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Em atendimento a Resolução CFC nº 1.180/09, respaldados em informações da Assessoria Jurídica da Entidade com suficiente segurança das perdas, foi constituída provisão para passivos contingentes de ações trabalhistas cujo risco de perda foi considerado como provável conforme a seguir:

Código Contábil	Rubrica Contábil	Nos. Processos	Valores
9289	2-1-15-01-01	01014304020165010241	30.000
9289	2-1-15-01-01	01012019720185010245	50.000
Total			80.000

Contingências Trabalhistas	2025		2024	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Provável	02	80.000	05	328.690
Possível	09	1.088.624	07	475.981
Total		1.168.624		804.671

NOTA 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido compreende o Patrimônio Social, adicionado do Superávit do período de R\$ 1.704.302 (um milhão, setecentos e quatro mil e trezentos e dois reais). Em 2025 e 2024 é a seguinte sua composição:

<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	1.754.887	1.754.887
Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro	1.500.000	1.500.000
Ministério do Esporte – Doação da União	250.000	250.000
Superávit de Exercícios Anteriores	12.957.257	13.604.312
Patrimônio Social	16.462.144	17.109.499
Superávit / Déficit do Período	1.704.302	(647.355)
Total	18.166.446	16.462.144

NOTA 12. RECEITAS OPERACIONAIS

São oriundas das atividades próprias da Entidade e apropriadas em observância ao princípio contábil da competência. Em 2025, a receita operacional foi de R\$ 25.963.821 (vinte e cinco milhões, novecentos e sessenta e três mil, oitocentos e vinte e um reais) e em 2024 de R\$ 23.276.131 (vinte e três milhões, duzentos e setenta e seis mil, cento e trinta e um reais), a saber:

<u>Receitas Operacionais</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas Extraordinárias	134.136	1.196.237
Receitas Convênios e Contratos	24.315.936	20.978.714
Outras Receitas	1.513.749	1.101.180
	25.963.821	23.276.131

12.1- Receitas Extraordinárias

Representam doações espontâneas de pessoas jurídicas e outras contribuições recebidas de eventos, como: patrocínios, propagandas, aluguel de instalações e outras previstas no seu Estatuto Social, conforme demonstrativo:

Doações e Contribuições	2025	2024
Pessoas Jurídicas (*)	131.296	275.062
Pessoas Físicas	2.840	840
Total	134.136	275.902

(*) O valor de R\$ 131.296 (cento e trinta e um mil, duzentos e noventa e seis reais) refere-se:

- R\$ 43.684** (quarenta e três mil seiscientos e oitenta e quatro reais) saldo apoio financeiro concedido pelo CBCP – Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos, em 02 de agosto de 2024, conforme estipulado no "Termo de Compromisso nº 003/2024". Este compromisso está vinculado ao Edital de Chamamento Público nº 001/2023 e tem como objetivo formalizar a parceria entre o CBCP e a entidade Andef. (Entidade Nata)
A parceria destina-se à aquisição de materiais e equipamentos voltados para a prática esportiva nas modalidades de natação, basquete em cadeira de rodas e halterofilismo;
- R\$ 87.612** (oitenta e sete mil, seiscientos e doze reais – em 17-09-2025 - Instrumento particular de doação da Federação de Basquete adaptado do Estado do Rio de Janeiro, de 12(doze) cadeiras de rodas de basquete, 20 (vinte) camisetas personalizadas, 02 (duas) bolas de basquete tamanho sete e 01 (um) banner com suporte;
- R\$ 855** (oitocentos e cinquenta e cinco reais) Recibo de doação CPRV – Comando de Policiamento Rodoviário de uma cadeira de rodas Mod. D400-T48.

12.2- Verbas Públicas

12.2.1 - Para Investimento

- Federal** - Refere-se aos bens recebidos em 2024 de acordo com decisão do PAJ 002405.2023.01.000/4-18 (IC 001168.2015.01.000/0) do Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, a saber:

1 - Verbas Públicas para Investimentos	2025	2024
Verbas Públicas para Investimentos Imobilizado – Federal	-	545.417
Total	-	545.417

12.2.2 - Para Custeio

- Federal** - Refere ao "Termo de Fomento" nº 942995/2023, do Ministério do Esporte, recebido em 2024 cuja finalidade é o atendimento de 50 (cinquenta) crianças e jovens com deficiências a serem matriculados em atividades lúdicas e recreativas voltadas as habilidades globais de iniciação as modalidades de basquetebol em cadeiras de rodas, para-badminton, bocha e atletismo, residentes da região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro com focos nos municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Maricá.
- Municipal** - Refere-se ao "Termo de Fomento" recebido em 2024 da Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidaria, do Município de Niterói, nº 003/2023, cuja finalidade é desenvolver atividades que proporcionem a inclusão social de pessoas com e sem deficiências.

2 - Verbas Públicas para Custeio	2025	2024
Verbas Públicas para Custeio - Federal	-	274.918
Verbas Públicas para Custeio - Municipal	-	100.000
Total	-	374.917

12.3– Receitas de Convênios e Contratos

Receitas de convênios e contratos correspondem aos valores recebidos destinados à execução de projetos sociais previstos estatutariamente, incluindo empresas, instituições e o próprio poder público (municipal, estadual e federal).

No exercício de 2025, essas receitas totalizaram R\$ 24.315.936 (vinte e quatro milhões, trezentos e quinze mil, novecentos e trinta e seis reais), enquanto em 2024 o montante foi de R\$ 20.978.714 (vinte milhões, novecentos e setenta e oito mil, setecentos e quatorze reais).

12.4 - Outras Receitas

As outras receitas referem-se aos valores obtidos com aluguel de instalações, realização de eventos, patrocínios, fornecimento de refeições pela recuperação de despesas na execução de projetos sociais.

No exercício de 2025, essas receitas totalizaram R\$ 1.513.749 (um milhão, quinhentos e treze mil, setecentos e quarenta e nove reais), enquanto em 2024 o montante foi de R\$ 1.101.180 (um milhão, cento e um mil, cento e oitenta reais).

NOTA 13. REVERSÃO DE PROVISÃO - TRABALHISTA

A reversão de provisão trabalhista refere-se ao estorno de valores anteriormente provisionados para fazer frente a contingências trabalhistas, em razão de desfechos favoráveis à entidade, revisões de estimativas ou encerramento de processos com valores inferiores aos originalmente previstos.

No exercício de 2025, foi registrada reversão de provisão trabalhista no montante de R\$ 238.918,00 (duzentos e trinta e oito mil, novecentos e dezoito reais), impactando positivamente o resultado do período, uma vez que os valores revertidos deixaram de representar obrigações prováveis para a entidade.

Essa reversão decorre, principalmente, da reavaliação de riscos processuais e de decisões judiciais favoráveis, informados pela Assessoria Jurídica da Entidade, refletindo uma melhor estimativa das perdas efetivas relacionadas às demandas trabalhistas.

NOTA 14 – DESPESAS / RECEITAS FINANCEIRAS

Em atendimento à ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros e à NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, o resultado financeiro do exercício compreende as receitas e despesas financeiras reconhecidas pelo regime de competência, segregadas e evidenciadas de forma a permitir adequada análise da sua composição.

Receitas Financeiras

Referem-se, principalmente, aos rendimentos de aplicações financeiras, juros ativos, descontos obtidos e outras receitas de natureza financeira.

Despesas Financeiras

Correspondem, principalmente, a juros passivos, encargos bancários, tarifas, multas e outras despesas relacionadas a operações financeiras.

Receitas Financeiras	2025	2024
Descontos Obtidos	526	1.434
Juros Ativos	-	31.793
Juros s/precatórios	313.774	-
Rendimento de Aplicação Financeira	107.857	99.053
Varição Monetária Ativa	1.185.292	252.491
	1.607.449	384.771

Despesas Financeiras		
Descontos Concedidos	560	-
Despesas Bancárias	25.525	43.973
Encargos financeiros	-	11.314
IOF	196	202
IRRF s/aplicações Financeiras	417	636
Juros Passivos	92.768	68.891
Multas	-	18.960
	119.466	143.976
Resultado Financeiro	1.487.983	240.795

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Entidade apresentou resultado financeiro superavitário de R\$ 1.487.983 (um milhão, quatrocentos e oitenta e sete mil, novecentos e oitenta e três reais), superior ao resultado de R\$ 240.795 (duzentos e quarenta mil, setecentos e noventa e cinco reais) apurado no exercício anterior.

A variação decorre, principalmente, do aumento das receitas financeiras, notadamente:

- reconhecimento de juros sobre precatórios judiciais;
- incremento da variação monetária ativa, composta por atualização de precatórios e de créditos tributários a recuperar pela taxa SELIC;
- manutenção dos rendimentos de aplicações financeiras em patamar estável.

As despesas financeiras mantiveram-se relativamente estáveis, com leve redução em encargos e despesas bancárias, contribuindo de forma marginal para o resultado positivo do exercício.

NOTA 15 – DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

No exercício seguinte, o resultado do exercício imediatamente anterior é transferido ao Patrimônio Social, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com o item 15 da Resolução CFC nº 1.409/12.

NOTA 16. COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade possui, parcialmente, segurados alguns de seus bens móveis e está providenciando a contratação de seguros em valor que considera suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil da Continuidade.

NOTA 17. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A Entidade é imune à incidência de impostos, por força do art. 150, inciso VI, alínea “c” e seu §4º, bem como do art. 195, §7º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.

NOTA 18. CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE

A Andef uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º do Código Tributário Nacional (CTN) e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- a Instituição é regida pela Constituição Federal;
- a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

NOTA 19. REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, os quais estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser

comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos que:

- não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

NOTA 20. FORMA JURÍDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE

A ANDEF é uma associação sem fins lucrativos e econômicos, regida por seu Estatuto Social, em conformidade com os artigos 44 a 61 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro).

NOTA 21. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A ANDEF é isenta da incidência das contribuições sociais, nos termos da Lei nº 9.532/97 e da Lei nº 12.101/09, regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14.

NOTA 22. CARACTERÍSTICA DA ISENÇÃO

A Andef é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos de direito privado, previsto no artigo 12 da Lei nº 9.532/97 e artigo 1º. da Lei nº 12.101/09 e, portanto, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social, no qual usufrui das seguintes características:

- a Instituição é regida por legislação infraconstitucional;
- a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, caso não sejam atendidas as condições legais estabelecidas (contrapartidas);
- existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidades é dispensada de pagar o tributo;
- há o direito do Estado de instituir e cobrar o tributo, contudo sua exigibilidade não é exercida em razão do enquadramento legal da entidade.

NOTA 23. REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A ANDEF é uma entidade beneficente de assistência social, possuidora do CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social. Para usufruir da isenção tributária prevista no art. 29 da Lei nº 12.101/09, a entidade cumpre os requisitos legais estabelecidos na referida legislação.

ESTATUTÁRIOS

- aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- atende o princípio da universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados(as);
- tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas;
- consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público-alvo compatíveis com a Lei nº 8.742/93 (LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social) e Decreto nº 6.308/07.
- Conforme ata da AGE de 10 de junho de 2022, foi acrescido ao Estatuto Social, o item “d”, do art. 9º - Capítulo V – Dos Poderes da Associação em relação à Assembleia Geral, a seguinte redação: *“Deliberar, aprovar e reajustar a remuneração dos diretores estatutários que atuem diretamente na gestão executiva da ANDEF respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, sendo vedado que estes valores sejam superiores a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo Federal. O total pago a título de remuneração para dirigentes pelo exercício das atribuições estatutárias deverá ser inferior a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido para a remuneração dos servidores do Poder Executivo Federal.”*

OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- mantém sua escrituração contábil regular que registra as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as Normas emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;
- conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovam a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

NOTA 24. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)

A Entidade possui a Certificação das Entidades Benéficas de Assistência Social - CEBAS, concedido pelo Ministério da Cidadania, para o período de 01/01/2024 a 31/12/2026. Portanto, nos termos da Lei nº 12.101/2009, a entidade tem a certificação validada para o mencionado período para que faça jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91. Abaixo demonstramos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não foi pago.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

- 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais;
- RAT/SAT (1%, 2% ou 3%)
- TERCEIROS (4,5% - Educação e Social e 5,8% - Saúde)
- COFINS – 3%

24.1 BENEFÍCIOS FISCAIS OBTIDOS C/ISENÇÕES USUFRUÍDAS	2025 (*)	2024
Contribuições Sociais (Cota Patronal, Terceiros, SAT, Autônomos)	-	3.062.190
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	1.345.660
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	-	681.539
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	-	654.867
Soma		5.744.256
24.2 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2025 (*)	2024
Contribuições Sociais (Cota Patronal, Terceiros, SAT, Autônomos)	-	3.062.190
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	1.345.660
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	-	681.539
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	-	654.867
Soma	-	5.744.256

(*) Apropriação de Benefícios Fiscais em 2025

Em 2025, a Entidade manteve sua condição de imunidade e/ou isenção tributária, nos termos da legislação vigente, não sendo reconhecidos contabilmente valores a título de renúncia fiscal, em razão da inexistência de obrigação presente, conforme previsto na ITG 2002 (R1) e demais normas contábeis aplicáveis, preservando-se a adequada representação da situação patrimonial e financeira da Entidade.

NOTA 25. FATO RELEVANTE

A fiscalização do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social lavrou autos de infrações pela falta de recolhimento de INSS relativo à parte da empresa e de terceiros do período compreendido entre os meses de dezembro de 2003 a dezembro de 2006.

- a) Conforme Nota Explicativa de n. 8 item - Tributos e contribuições a restituir - INSS, a Administração da Andef questionou o ressarcimento de valores retidos de INSS e obteve o deferimento e, conseqüentemente, aguarda a extinção dos autos de infração abaixo, apresentados em valores da época:

Autos de Infração	R\$
DEBCAD: 37.006.577-8	734.763
DEBCAD: 37.006.575-1	185.190
DEBCAD: 37.006.576-0	429.373
DEBCAD: 37.006.582-4	905.228
DEBCAD: 37.006.583-2	2.045.923
Total	4.300.477

- b) Em sessão de 26 de janeiro de 2016, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais-CARF do Ministério da Fazenda, através do Acórdão 2202-003.104 da 2ª Câmara/2ª Turma Ordinária, julgou pelo indeferimento Auto de Infração - DEBCAD: 37.006.584-0, no valor de R\$ 824.092,00 (oitocentos e vinte e quatro mil e noventa e dois reais), conseqüentemente, aguarda-se pelo reconhecimento, também favorável, para os demais DEBCAD abaixo relacionados, por se tratar de matérias idênticas:

Autos de Infração	R\$
DEBCAD: 37.006.584-0	824.092
DEBCAD: 37.006.620-9	355.766
DEBCAD: 37.006.621-7	3.046.391
DEBCAD: 37.006.622-5	1.164.590
Total	5.390.839

- c) Na 9ª Vara Cível de Niterói, ação movida pela ANDEF visando débitos não cumpridos pelo Estado do Rio de Janeiro referente serviços prestados, com probabilidade remota.

Processos	R\$
00565178220218190002	1.550.597
00573751620218190002	559.029
00573769820218190002	397.546
00573778320218190002	658.051
Total	3.165.223

- d) Tramita na 25ª Vara do Trabalho do RJ, ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho, nº processo nº 01454-2008-025-01-00-4, ação trabalhista cujo julgamento em última instância, resultou em condenação à Entidade com imposição de diversas obrigações que, segundo o Departamento Jurídico, restringem de forma significativa o exercício legítimo da livre iniciativa e comprometem a autonomia administrativa da Entidade. Desta forma a Entidade interpôs Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, confiando que este, ao seguir sua linha decisória já consolidada em casos semelhantes, reformará o julgado proferido pelo TST.

Processos	R\$
01454200802501004	3.000.000

NOTA 26. DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL

As aplicações dos recursos em gratuidades atendem o que preceitua o art. 195, item III, § 7º da Constituição Federal, o art. 55 da Lei nº 8.212 de 24/07/91-Lei do Custeio da Previdência Social, os Decretos nº 8.242 de 23/05/2014 e nº 3.048 de 06/05/99 que concedem isenções da Contribuição Social (INSS) às entidades beneficentes de assistência social.

NOTA 27. OBRIGAÇÕES DA ÁREA SOCIAL PARA FINS DE CEBAS

O recadastramento determinado conforme o art. 40 da Lei nº 12.101/09 e Dec. 8.242 de 23/05/2014, foi efetivado nos termos das regulamentações e determinações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Para efeito de recadastramento informou-se que os serviços de assistência social desenvolvidos pela Entidade são cumulativamente, de: atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos, nos termos do que define o Decreto nº 6.308/07 e a Res. CNAS nº 109/11, tipificadas como Serviços de Proteção Social Especial. As ações institucionais estão voltadas particularmente para as pessoas com deficiência em todas as faixas etárias, tendo em vista a realização de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos conforme Res. do CNAS nº 34/2011.

Dada à finalidade institucional, o público-alvo, assim como as diretrizes e normativas adotadas na execução de seus programas e projetos, a entidade também:

I – Presta serviços, projetos, programas ou benefícios gratuitos, continuados e planejados, sem qualquer discriminação;

II – Quantifica e qualifica suas atividades de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos de acordo com a Política Nacional de Assistência Social;

III – integra à rede socioassistencial, ofertando 100% (cem por cento) da sua capacidade ao SUAS;

IV – Disponibiliza esses serviços nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e Centros de Referência Especializada da Assistência Social – CREAS.

A Instituição possui registros e assentos nos Conselhos Municipal e Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência, Conselho Municipal de Assistência Social e no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Niterói,

NOTA 28. FORMALIZAÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS

A Andef no desenvolvimento de suas ações sócio assistenciais formaliza em cada Projeto Social: os objetivos do mesmo; a origem de recursos; a infraestrutura; a tipificação dos serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS nº 34/2011 e Decreto nº 6.308/07); o público-alvo; a capacidade de atendimento; o recurso financeiro utilizado; os recursos humanos envolvidos; a abrangência territorial e a demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento dos projetos.

NOTA 29. TIPIFICAÇÃO DAS AÇÕES ASSISTENCIAIS, CUSTOS ENVOLVIDOS E FORMA DE CONTABILIZAÇÃO

A Andef, em atendimento à Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), conforme a Resolução nº 34/2011, e ao Decreto nº 6.308/2007, tipificou suas atividades de assistência social de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O quadro a seguir apresenta a tipificação das ações assistenciais, bem como os respectivos custos envolvidos e a forma de contabilização adotada:

EIXO PRÁTICA ESPORTIVA E CULTURAL

Código Contábil	Rubrica Contábil	Público Alvo Principal	Capacidade Atendimento	Custos Envolvidos (R\$)	Recursos Humanos
4-1-01-15-01	Despesas com eventos	Pessoas com deficiências	100.000	510.180	30
4-1-01-15-01	Dispêndios com alimentação	Pessoas com deficiências	100.000	41.102	30
4-1-01-15-01	Despesas com condução	Pessoas com deficiências	100.000	11.525	30
4-1-01-15-01	Despesas com esporte	Pessoas com deficiências	100.000	100.582	30
4-1-01-15-01	Material esportivo Uniformes	Pessoas com deficiências	100.000	8.910	30
4-1-01-15-01	Material fisioterapia Medicamentos	Pessoas com deficiências	100.000	2.835	30

4-1-01-15-01	Viagens Estadias	Pessoas com deficiências	100.000	31.500	30
--------------	------------------	--------------------------	---------	--------	----

EIXO REABILITAÇÃO E SAÚDE

Código Contábil	Rubrica Contábil	Público Alvo	Capacidade Atendimento	Custos Envolvidos (R\$)	Recursos Humanos
4.1.01.05.01	Recursos da Associação Ordenados e Salários	Pessoas com deficiência	45.000	1.854.391	20
4.1.01.05.01	Recursos da Associação Ordenados e Salários – Estagiários	Pessoas com deficiência	45.000	6.933	20
4.1.01.15.01	Recursos da Associação Água e Esgoto	Pessoas com deficiência	45.000	122.928	20
4.1.01.15.01	Recursos da Associação Ajuda de Custo Donativos	Pessoas com deficiência	45.000	18.961	20
4.1.01.15.01	Recursos da Associação Luz e Força	Pessoas com deficiência	45.000	204.288	20
4.1.01.15.01	Recursos da Associação Manutenção e Conservação	Pessoas com deficiência	45.000	229.902	20
4.1.01.15.01	Recursos da Associação Material de Escritório	Pessoas com deficiência	45.000	17.227	20
4.1.01.15.01	Recursos da Associação Confraternização	Pessoas com deficiência	45.000	7.745	20
4.1.01.15.01	Recursos da Associação Brindes	Pessoas com deficiência	45.000	12.072	20
4.1.01.15.01	Recursos da Associação Flores Ornamentações	Pessoas com deficiência	45.000	9.618	20

EIXO DE PROFISSIONALIZAÇÃO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Código Contábil	Rubrica Contábil	Público Alvo	Capacidade Atendimento	Custos Envolvidos	Recursos Humanos
4-1-02	Convênios Ordenados e Salários	Pessoas com deficiência	610.000	17.451.143	40
4-1-01	Convênios Administrativa	Pessoas com deficiência	610.000	1.075.389	40
4-1-01	Convênios Consumo	Pessoas com deficiência	610.000	156.271	40

NOTA 30. ORIGEM DOS RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DAS AÇÕES ASSISTENCIAIS E FORMA DE CONTABILIZAÇÃO

A Andef em atendimento a Lei nº 12.101/09, Decreto nº 8.242 de 23/05/2014 e Res. CNAS nº 109/11, na realização de suas atividades de assistência social (fins) demonstra no quadro abaixo as fontes de recursos (art. 2º do Estatuto Social) para cumprimento de seus objetos sociais:

RECEITAS PARA MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS – EIXO PRÁTICA ESPORTIVA E CULTURAL

Código Contábil	Rubrica Contábil	Valor Contábil (Realizado)	Valor Contábil (A receber)
3-3-02-05-01	Centro Esportivo	12.880	-

RECEITAS PARA MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS – EIXO REABILITAÇÃO E SAÚDE

Código Contábil	Rubrica Contábil	Valor Contábil (Realizado)	Valor Contábil (A receber)
3-3-01-01-01	Doações - PF	2.840	-
3-3-01-01-02	Doações - PJ	131.296	-
3-3-02-05-01	Receita com Eventos	560	-
3-3-02-05-01	Receita Aluguel Instalações	521.900	-
3-3-02-05-01	Receita com Refeições	674.190	-
3-3-02-05-01	Receita com Patrocínio	10.724	-
3-3-02-05-01	Receitas Diversas	3.896	-
3-3-03-05-01	Recuperação de Despesas	289.598	-

RECEITAS PARA MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS – EIXO DE PROFISSIONALIZAÇÃO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Código Contábil	Rubrica Contábil	Valor Contábil (Realizado) (R\$)	Valor Contábil (A receber) (R\$)
3-1-03	Convênios	26.162.303	1.085.499

NOTA 31. RESULTADO DAS AÇÕES ASSISTENCIAIS (INDICADORES)

A Entidade em atendimento a Lei nº 12.101/09, Decretos nº 8.242/14, nº 6.308/07 e Resolução CNAS nº 109/11, demonstra abaixo os resultados qualitativos e quantitativos de cada ação social na realização das suas atividades de assistência social (fins):

EIXO PRÁTICA ESPORTIVA E CULTURAL

Rubrica	Dados de Atendimento	Número de atendimentos	Número de Pessoas Atendidas
<ul style="list-style-type: none"> Convênio Andef Doações - PJ Doações – PF 	<p>Treinamento de atletas para participação em competições, apresentações e atividades lúdicas;</p> <p>16.010 mil pessoas sensibilizadas para a causam da pessoa com deficiência;</p> <p>Realização de atividades de práticas esportivas de alto rendimento, lúdica e de dança;</p> <p>Participação em 30 eventos de demonstração e sensibilização</p>	55.867	1.513

EIXO REABILITAÇÃO E SAÚDE

Rubrica	Dados de Atendimento	Número de atendimentos	Número de Pessoas Atendidas
RECURSOS DA ANDEF	Desenvolvimento de atividades de reabilitação física 22.862 atendimentos; Encaminhamentos para políticas sociais básicas e de proteção especial 572; Avaliações psicossociais com acompanhamento permanente 53 atendimentos realizados.	40.199	500

EIXO DE PROFISSIONALIZAÇÃO E GERAÇÃO EMPREGO E RENDA

Rubrica Contábil	Dados de Atendimento	Número de atendimentos	Número de Pessoas Atendidas
• Convênios	Desenvolvimento de ações de sensibilização e conscientização da sociedade e suas instituições acerca dos direitos das pessoas com deficiência, especialmente no que tange a escolarização, a formação profissional, o acesso e a permanência no mercado de trabalho; Ações junto ao usuário e seus familiares que possibilitem o desenvolvimento da sua capacidade funcional e laboral para a inclusão ao mundo de trabalho, com geração de renda para os mesmos; Acompanhamento para o aprimoramento profissional visando a permanência dos profissionais com deficiência no mercado de trabalho;	607.700	1.244

As ações assistenciais desenvolvidas pela entidade estão organizadas conforme sua natureza e finalidade, contemplando os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Para cada ação, são identificados os custos diretos e indiretos envolvidos, permitindo adequada mensuração e transparência na aplicação dos recursos.

A contabilização dessas atividades é realizada em conformidade com os princípios contábeis vigentes no Brasil, assegurando a correta apropriação das despesas e receitas vinculadas às ações assistenciais. Os custos são registrados de forma segregada, possibilitando a evidenciação clara dos recursos aplicados nas atividades-fim da entidade.

Em atendimento às exigências relacionadas à certificação de entidades beneficentes de assistência social (CEBAS), a entidade elabora a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) de forma segregada, evidenciando as receitas, custos e despesas vinculadas às atividades:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		2025	2024
RECEITAS TOTAIS		R\$ 27.810.188,65	R\$ 29.405.158,28
RECEITAS DE ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
RECEITAS COM PROGRAMAS			
Eixo Prática Esportiva e Cultural		R\$ 12.880,00	R\$ -
Outras Receitas			
Receita com Evento		R\$ 12.880,00	R\$ -
Eixo de Profissionalização e geração de emprego e renda		R\$ 26.162.303,53	R\$ 21.363.485,43
Convênios		R\$ 24.315.935,97	R\$ 20.999.662,78
Convenio Alerj - Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro		R\$ 7.875.962,63	R\$ 8.561.476,22
Convenio - Banco Brasil S/A		R\$ 1.543.558,14	R\$ 1.479.648,18
Convenio CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do RJ		R\$ 541.780,87	R\$ 503.882,45
Convenio Ceasa - Centro de Abastecimento e Logística		R\$ 1.541.570,65	R\$ 1.412.737,24
Convenio Coderte - Cia Desen. Rodov. Terminais Estado RJ		R\$ 4.329.017,78	R\$ 1.348.638,19
Convenio Departamento Recursos Minerais		R\$ 476.693,55	R\$ 457.485,82
Convenio Fundação A A Biodiversidade São Francisco Assis		R\$ 345.830,83	R\$ 136.663,75
Convenio Loterj		R\$ 213.377,89	R\$ -
Convenio Pesagro		R\$ 443.515,35	R\$ 335.343,47
Convenio Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro		R\$ 4.234.888,93	R\$ 4.147.121,54
Convenio Secretaria de Estado do Governo		R\$ 149.122,16	R\$ -
Convenio Seenemar - Secretaria Estado Economia do Mar		R\$ 1.011.198,00	R\$ 505.695,96
Convenio Secretaria Estadual Planejamento e Gestão		R\$ 492.786,53	R\$ 524.667,75
Convenio - Sefaz		R\$ -	R\$ 531.967,55
Convênios - Suderj		R\$ 1.116.632,66	R\$ 1.054.334,66
Deduções Receitas Convênios		R\$ -	-R\$ 20.949,12
(-) Glosas		R\$ -	-R\$ 20.949,12
Outras Receitas		R\$ 1.846.367,56	R\$ 384.771,77
Receitas Financeiras		R\$ 1.607.449,70	R\$ 384.771,77
Reversão de Provisão		R\$ 238.917,86	R\$ -
Eixo Reabilitação e Saúde		R\$ 1.635.005,12	R\$ 2.297.416,92
Vendas de Bens e Serviços		R\$ 560,00	R\$ 925.435,18
Subvenção - Ministério do Esporte		R\$ -	R\$ 274.917,78
Subvenção - Ministério Público da União		R\$ -	R\$ 308.607,40
Subvenção - Ministério Direitos Humanos e Cidadania		R\$ -	R\$ 236.810,00
Receita Verba pública Municipal		R\$ -	R\$ 100.000,00
Receita com Eventos		R\$ 560,00	R\$ 5.100,00
Receita com Serviços Prestados		R\$ -	R\$ -
Outras Receitas		R\$ 1.500.308,80	R\$ 1.096.079,67
Receita com Aluguel de Instalações		R\$ 521.900,00	R\$ 386.290,00
Receita com Refeições		R\$ 674.190,00	R\$ 553.905,00

	Receita com Patrocinio	R\$ 10.724,34	R\$ 40.595,01
	Receitas Diversas	R\$ 2.895,99	R\$ 2,00
	Receita de Serviços Prestados	R\$ 1.000,00	R\$ -
	Recuperação de Despesas	R\$ 289.598,47	R\$ 115.287,66
Demais Receitas Associadas as Atividades			
Doações		R\$ 134.136,32	R\$ 275.902,07
	Doações Pessoas Físicas	R\$ 2.840,00	R\$ 840,00
	Doações Pessoas Jurídicas	R\$ 131.296,32	R\$ 275.062,07
Outras Receitas			
Benefícios Usufruídos		R\$ -	R\$ 5.744.255,93
	Benefícios Obtidos com Gratuidade	R\$ -	R\$ 5.744.255,93
DESPESAS TOTAIS		R\$ 26.105.886,20	R\$ 30.052.512,84
DESPESAS COM ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
DESPESAS COM PROGRAMAS			
Eixo Prática Esportiva e Cultural		R\$ 706.635,25	R\$ 531.672,46
Despesas Administrativas		R\$ 706.635,25	R\$ 531.672,46
	Despesas com eventos	R\$ 510.180,50	R\$ 298.703,10
	Dispêndios com Alimentação	R\$ 41.101,86	R\$ 33.077,61
	Despesas com condução	R\$ 11.525,48	R\$ 10.664,28
	Despesas com Esporte	R\$ 100.582,06	R\$ 82.945,28
	Material Esportivo	R\$ 8.909,70	R\$ 63.372,16
	Material de Fisioterapia/Medicamentos	R\$ 2.835,11	R\$ 4.266,79
	Viagens e Estadias	R\$ 31.500,54	R\$ 38.643,24
Eixo de Profissionalização e geração de emprego e renda		R\$ 18.682.802,83	R\$ 15.997.992,76
Despesas Empregatícias		R\$ 17.451.143,33	R\$ 15.256.295,60
	Salários	R\$ 9.718.953,69	R\$ 8.355.519,40
	Assistência Médica	R\$ 1.353.044,80	R\$ 1.152.159,08
	13º salário	R\$ 860.771,93	R\$ 765.959,72
	Férias	R\$ 1.285.303,27	R\$ 1.016.488,39
	Encargos Sociais	R\$ 732.717,37	R\$ 628.601,04
	Indenizações	R\$ 94.611,79	R\$ 176.926,55
	Vale Transporte	R\$ 738.876,34	R\$ 820.527,44
	Vale Alimentação	R\$ 2.666.864,14	R\$ 2.340.113,98
Despesas Administrativas		R\$ 1.075.388,87	R\$ 587.619,86
	Cursos e Treinamentos	R\$ 6.132,50	R\$ 11.898,90
	Despesas com cartório/ xerox	R\$ 3.299,09	R\$ 6.354,74
	Despesas com Alimentação	R\$ 571,98	R\$ -
	Despesas com Projetos	R\$ 14.807,03	R\$ -
	Despesas com Uniformes	R\$ 120,00	R\$ -
	Despesas Prestação contas convênios	R\$ 5.688,23	R\$ 320,00

	Despesas Subvenção	R\$ 121.508,64	R\$ -
	Entidade de Classe	R\$ 16.181,14	R\$ 5.726,34
	Fretes e Carretos	R\$ 518,13	R\$ 21.760,50
	Manutenção Software	R\$ 55.862,01	R\$ 60.969,75
	Material de Consumo	R\$ 834,90	R\$ 2.034,39
	Material Elétrico	R\$ 13.629,50	R\$ -
	Material de Escritório	R\$ 593,82	R\$ -
	Material de Limpeza	R\$ 642.189,09	R\$ 335.232,42
	Material de manutenção e conservação	R\$ 17.735,09	R\$ 3.936,50
	Publicações	R\$ 3.721,92	R\$ 3.882,56
	Registro Domínio Internet	R\$ 189,00	R\$ -
	Serviços de Manutenção e Conservação	R\$ 149.692,46	R\$ 104.262,47
	Serviço de terceiros PF	R\$ -	R\$ 2.391,75
	Serviço de terceiros PJ	R\$ 5.097,65	R\$ -
	Seguro Garantia	R\$ 5.686,33	R\$ 19.445,31
	Telefones e Correios	R\$ 11.330,36	R\$ 9.404,23
	Despesas com Consumo Diversos	R\$ 156.270,63	R\$ 154.077,30
	Combustíveis e lubrificantes / Desp. veículos	R\$ 81.503,60	R\$ 78.964,02
	Material de Limpeza e Higiene	R\$ 73.043,36	R\$ 70.544,80
	Material de Equip.de Segurança	R\$ -	R\$ 69,80
	Material de Informática	R\$ 1.723,67	R\$ 4.498,68
	Eixo Reabilitação e Saúde	R\$ 2.484.067,53	R\$ 2.444.096,74
	Despesas Empregatícias	R\$ 1.861.324,87	R\$ 1.820.051,42
	Salários	R\$ 1.854.391,54	R\$ 1.794.994,89
	Bolsas e Estagiários	R\$ 6.933,33	R\$ 25.056,53
	Despesas Administrativas	R\$ 346.177,70	R\$ 310.914,08
	Água e Esgoto	R\$ 122.928,07	R\$ 104.987,81
	Ajuda de Custo	R\$ 18.961,50	R\$ 26.448,79
	Energia Elétrica	R\$ 204.288,13	R\$ 179.477,48
	Despesas com Consumo Diversos	R\$ 276.564,96	R\$ 313.131,24
	Brindes e Presentes	R\$ 12.072,43	R\$ 11.305,54
	Despesas com confraternização	R\$ 7.744,88	R\$ 10.490,31
	Flores Plantas e Ornatações	R\$ 9.618,34	R\$ 5.122,66
	Material e manutenção e Conservação	R\$ 229.902,45	R\$ 262.399,16
	Material de Escritório	R\$ 17.226,86	R\$ 23.813,57
	DEMAIS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R\$ 3.294.753,54	R\$ 9.235.579,98
	Demais Despesas Associadas as Atividades		
	Despesas Empregatícias	R\$ 1.908.086,66	R\$ 1.803.437,29
	Assistência Médica	R\$ 209.447,27	R\$ 194.884,63
	Adicional Noturno	R\$ 15.914,74	R\$ 12.183,34

	Aviso Prévio	R\$ 1.622,09	R\$ -
	Causas Trabalhistas	R\$ -	R\$ 46.252,43
	Despesas com internet	R\$ 9.193,08	R\$ 10.842,91
	Despesas Judiciais	R\$ 957,69	R\$ -
	Gratificações	R\$ 65.919,62	R\$ 36.980,41
	Horas Extras	R\$ 38.371,17	R\$ 34.348,47
	Prêmio	R\$ 86.523,09	R\$ 57.980,45
	Encargos Sociais	R\$ 135.260,65	R\$ 139.242,97
	Indenizações	R\$ 102.847,68	R\$ 16.966,03
	Material de Expediente	R\$ 11.914,03	R\$ 5.378,62
	Provisão p/Férias e 13º Salário	R\$ 546.443,17	R\$ 390.097,00
	Provisão Contingências	R\$ -	R\$ 248.689,96
	Seguro de Vida	R\$ 2.518,14	R\$ 509,38
	Uniformes	R\$ 27.991,75	R\$ 56.985,77
	Vale Transporte	R\$ 239.116,75	R\$ 229.756,26
	Vale Alimentação	R\$ 414.045,74	R\$ 322.338,66
	Pessoal sem Vínculo empregatício	R\$ 89.041,00	R\$ 190.778,79
	Serviço Terceiros Pessoa Física	R\$ 89.041,00	R\$ 190.778,79
	Despesas Administrativas	R\$ 1.297.625,88	R\$ 1.497.107,97
	Aluguéis	R\$ 45.700,75	R\$ 36.058,95
	Assinaturas de jornais, revistas e tv	R\$ 2.651,20	R\$ 2.235,20
	Depreciações e Amortizações	R\$ 451.017,53	R\$ 390.704,51
	Despesas Legais	R\$ -	R\$ 2.401,31
	Despesas com Impressos	R\$ 4.787,00	R\$ 2.882,00
	Guarnições para cama mesa e banho	R\$ -	R\$ 7.310,00
	Imobilizações não capitalizáveis	R\$ 24.915,49	R\$ 15.029,11
	Serviço Terceiros Pessoa Jurídica	R\$ 768.354,01	R\$ 1.037.909,10
	Suprimento de copa	R\$ 199,90	R\$ 2.577,79
	Benefícios Usufruídos	R\$ -	R\$ 5.744.255,93
	Benefícios Obtidos com Gratuidade	R\$ -	R\$ 5.744.255,93
	DESPESAS NÃO VINCULADAS ÀS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 937.627,05	R\$ 1.843.170,90
	Despesas Administrativas /outras Atividades	R\$ 664.945,98	R\$ 1.381.258,28
	Contribuição Sindical Patronal	R\$ -	R\$ 4.726,34
	Honorários Profissionais	R\$ 385.809,14	R\$ 1.235.756,63
	Parcelamento INSS dívida ativa	R\$ -	R\$ 31.189,28
	Pró-labore	R\$ 279.136,84	R\$ 109.586,03
	Despesas Sustentáveis	R\$ 146.888,98	R\$ -
	Serviços de terceiros - PF	R\$ 146.888,98	R\$ -
	Despesas Financeiras	R\$ 119.466,65	R\$ 143.976,03
	Desconto Concedido	R\$ 560,00	R\$ -

	Despesas Bancárias	R\$	25.525,55	R\$	43.972,69
	Juros e Multas	R\$	93.381,10	R\$	88.487,27
	Despesas Financeiras	R\$	-	R\$	11.516,07
	Despesas Patrimoniais	R\$	-	R\$	314.865,99
	Perdas Patrimoniais			R\$	314.865,99
	Outras Despesas	R\$	6.325,44	R\$	3.070,60
	Impostos e taxas	R\$	6.325,44	R\$	3.070,60
	Resultado do Exercício	R\$	1.704.302,45	-R\$	647.354,56

NOTA 32. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) – *Elaborado pelo Método Indireto*

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC N° 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e Resolução do CFC n° 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.


NOTA 33. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) foi elaborada em conformidade com a Res. CFC de n° 1.138/08 alterada pela NBC TG n° 1.162/09 que aprovou a Normas Brasileira de Contabilidade – Técnica - NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado, cuja finalidade é demonstrar “a riqueza criada pelas empresas, bem como sua distribuição aos que atuam no processo de produção dessa riqueza.”

NOTA 34. CONTINGÊNCIAS FISCAIS

As declarações de rendimentos, tributos e contribuições estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais durante diferentes períodos prescricionais previstos em legislações específicas.

Niterói (RJ), 07 de abril de 2026
Documento assinado digitalmente

 RENATA DIAS CAZALE SCHIAVINOTO
Data: 17/04/2026 16:11:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Renata Dias Cazale Schiavinoto
Presidente

AROLDO JOSE PLANZ:36542628720
Assinado de forma digital por
AROLDO JOSE PLANZ:36542628720
Dados: 2026.04.17 15:59:52 -03'00'

Adjucol Administração Jurídica Contábil Ltda.
CRC-RJ 917
Aroldo José Planz
Contador
CRC-RJ 054.068/O-5